

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/1757	2347/2026	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DECISÃO

Processo: 4164/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Gestão de Procedimentos Urbanísticos, propõe-se o deferimento do pedido de licenciamento da operação urbanística ao abrigo do art.º 26.º do RJUE.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/1671 de 16 de Janeiro de 2026.

RESOLUÇÃO

Defiro o licenciamento de obra de edificação

No prazo de um ano, deverá proceder ao pagamento das taxas devidas, solicitando a emissão da licença, sob pena de declaração de caducidade, conforme previsto no n.º 2.º, do artigo 71.º, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, devendo para esse efeito apresentar os elementos constantes no ponto 21, do Capítulo III, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos

- A 15/01/2026,
"Subscrevo"

na qualidade de Diretor de Departamento:

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 4164/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2026-E-RE-1043

REQUERENTE:

LOCAL DA OBRA: Rua da Nossa Sra. da Misericórdia nº 13, freguesia de Ferreiros - 4705-315
Braga

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação - Especialidades

DU - DGPU [GP9]

INFORMAÇÃO TÉCNICA - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR DOS PROJETOS DAS ESPECIALIDADES

1. CARATERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

O requerente, através do registo de entrada n.º 2026-E-RE-1043, de 15/01/2026, apresenta documentação, “com junção de elementos” que visa dar resposta ao despacho 2026-0231 de 06/01/2026 referente ao pedido dos **projetos das especialidades**, relativos à obra de Reconstrução e Ampliação de Edifício para Habitação Unifamiliar, que pretende levar a efeito no prédio sito na Rua da nossa Sra. Da Misericórdia, nº 13, freguesia de Ferreiros, 4705-315 Braga., que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 1921/20120229, inscrito na matriz de natureza rústica sob o artigo n.º 100.

2. ANÁLISE

2.1. Projeto de arquitetura

2.1.1. O projeto de arquitetura, encontra-se aprovado por deliberação da Câmara Municipal de 27/11/2025.

2.2. Projeto de estabilidade, escavação e contenção periférica

2.2.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.3. Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica

2.3.1. Apresentou termo de responsabilidade pelo projeto e ficha eletrotécnica da instalação elétrica, nos termos da subalínea i), da alínea a) do Artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 96/2017 de 10 de agosto, alterado pela Lei n.º 61/2018, de 21 de agosto, constituindo título bastante para efeitos de aplicação do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual.

2.4. Projeto de instalação de gás

2.4.1. Apresentou elementos a solicitar a isenção de projeto de gás, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro. Nos termos do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro, são revogados os pontos



1 e 2, do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto, na sua atual redação, relativamente à obrigatoriedade de instalação de rede de gás.

2.5. Projeto de abastecimento de água

2.5.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.5.2. O projeto de abastecimento de água foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer, através do registo 2026-S-RE-696 de 06/01/2026.

2.6. Projeto de águas residuais

2.6.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.6.2. O projeto de águas residuais foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer, através do registo 2026-S-RE-696 de 06/01/2026.

2.7. Projeto de águas pluviais

2.7.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.8. Projeto de arranjos exteriores

2.8.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.9. Projeto de infraestruturas de telecomunicações

2.9.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.10. Projeto de conforto térmico, incluindo pré-certificado energético

2.10.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.11. Projeto de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)

2.11.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.12. Projeto de segurança contra incêndios em edifícios

2.12.1. Apresentou a ficha de segurança contra incêndio em edifícios.

2.13. Projeto de condicionamento acústico

2.13.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

3. PROPOSTA

Analizados os elementos constantes do presente processo constata-se que o presente pedido de **Licenciamento de obras de edificação, na sequência de aprovação do projeto de arquitetura - apresentação dos projetos das especialidades** se encontra corretamente instruído de acordo com as normas instrutórias aplicáveis nos termos do disposto ao abrigo do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

3.1. Face ao anteriormente exposto, constata-se que os **Projetos das Especialidades** se encontram corretamente instruídos, tendo sido apresentados os documentos exigíveis e considerados necessários à análise da pretensão, pelo que se propõe deferimento do **pedido de**



licenciamento de obras de edificação, na sequência de aprovação do projeto de arquitetura – apresentação dos projetos das especialidades;

3.2. Após informação superior e despacho, deverá notificar-se o requerente para, no prazo máximo de 1 ano, apresentar requerimento e respetivos elementos instrutórios previstos no n.º 21, do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro, para o pagamento de taxas e emissão do respetivo recibo que tutela a operação urbanística.

4. CONDICIONAMENTOS GERAIS

4.1. Satisfação das condições estabelecidas pela **DCHPA - Unidade de Arqueologia**, vertidas no teor da **informação técnica registada com o n.º 2025-27368, de 03/03/2025, nomeadamente:**

4.1.1. A pretensão insere-se na Zona Geral de Influência da Capela da N.ª Sr.ª da Misericórdia, monumento identificado no Inventário do Património Arquitetónico do Concelho de Braga, com a designação II – 336/16, conforme planta do Sistema Patrimonial constante na 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga PDMB, Aviso n.º 11741/2015, publicado no Diário da República, 2.ª Série n.º 201, de 14 de outubro.

4.1.2. O projeto prevê a reconstrução e ampliação de uma construção devoluta e em mau estado de conservação, mantendo o fim habitacional. A proposta prevê a introdução de um novo piso e a ampliação em profundidade, garantindo assim o alinhamento com o edifício a nascente.

4.1.3. No sentido de promover a proteção do ambiente arquitetónico e paisagístico na envolvente do imóvel inventariado, entende-se que as intervenções urbanísticas devem preservar o cariz da arquitetura vernácula, e o coberto natural quando este exista.

4.1.4. Dada a fisionomia da fachada na construção alvo do pedido e do edificado adjacente, entende-se que deverá ser feita a sua manutenção, mantendo a traça original do conjunto.

4.1.5. Mais se informa que no âmbito do processo em curso para a construção no terreno confinante a nascente (1/2024/1146/0), a proposta também prevê a manutenção da fachada da construção existente.

4.1.6. Do ponto de vista de enquadramento urbanístico é de admitir o aumento de um piso na construção desde que esta mantenha a “métrica” da frente urbana em que se insere.

5. INICIO DOS TRABALHOS

5.1. De acordo com o Artigo 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação



atual, conjugado com o n.º 1 do Artigo B-1/26.º do Código Regulamentar do Município de Braga, até cinco dias antes do início dos trabalhos, o promotor tem de informar a câmara municipal dessa intenção, nos termos do ponto n.º 30, do Capítulo VI, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

DU - DGPU [GP9]

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

